

Sumário

APRESENTAÇÃO DO CURSO DE DIREITO CIVIL	5
--	---

DIREITO DE FAMÍLIA

DÉBORA BRANDÃO

1. DIREITO DE FAMÍLIA E A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO	27
1.1. A família em transformação.....	27
1.2. Conteúdo do Direito de Família.....	28
1.3. O Direito de Família no Código Civil de 2002.....	30
1.3.1. Principais pontos sobre a tramitação do Projeto de Lei n. 634/75	30
1.3.2. A estrutura do novo Código Civil e seus reflexos no Direito de Família.....	31
1.4. Constitucionalização do Direito Civil.....	34
1.5. Princípios constitucionais e infraconstitucionais aplicáveis ao Direito de Família	37
1.5.1. Conceituação breve entre normas, princípios e regras	37
1.5.2. Princípio da dignidade da pessoa humana.....	38
1.5.3. Princípio da solidariedade ou solidarismo familiar	39
1.5.4. Princípio da igualdade entre cônjuges e companheiros.....	39
1.5.5. Princípio da função social da família.....	42
1.5.6. Princípio da liberdade familiar ou da mínima intervenção nas relações familiares.....	43
1.5.7. Princípio do pluralismo das entidades familiares	46
1.5.8. Princípio da boa-fé objetiva	47
1.5.9. Princípio da afetividade	51
1.5.10. Princípio do planejamento familiar e da parentalidade responsável.....	55
1.5.11. Princípio da igualdade entre os filhos e da não discriminação em razão da origem (art. 227, § 6º, da CF/88).....	59

1.5.12.	Princípio do melhor interesse da criança e do adolescente (art. 227, <i>caput</i> , CF/88)	60
1.5.13.	Princípio da absoluta prioridade (art. 227, <i>caput</i> , da CF/88)	63
1.5.14.	Princípio da convivência familiar (art. 227, <i>caput</i> , da CF/88)	64
	Para refletir	64
	Para saber mais	67
	Para saber mais na internet	67
2.	CASAMENTO – ASPECTOS INTRODUTÓRIOS: CONCEITO, NATUREZA JURÍDICA, FINALIDADES, CARACTERÍSTICAS E NAMORO E NOIVADO	69
2.1.	Conceito de casamento	69
2.1.1.	Casamento entre pessoas do mesmo sexo	70
2.2.	Natureza jurídica do casamento	75
2.3.	Finalidades do casamento	78
2.4.	Características do casamento	80
2.5.	O namoro e o noivado	81
	Para refletir	84
	Para saber mais	86
	Para saber mais na internet	86
3.	CASAMENTO – CAPACIDADE MATRIMONIAL. IMPEDIMENTOS E CAUSAS SUSPENSIVAS. HABILITAÇÃO, CELEBRAÇÃO E PROVAS DO CASAMENTO	89
3.1.	Capacidade matrimonial	89
3.1.1.	O casamento dos adolescentes maiores de 16 e menores de 18 anos	90
3.2.	Impedimentos	93
3.3.	Causas suspensivas	99
3.4.	Habilitação e celebração do casamento (espécies de casamento)	102
3.4.1.	Apontamentos introdutórios sobre as espécies de casamento ...	102
3.4.2.	Habilitação para o casamento	102
3.4.3.	A importância da atuação do Ministério Público nas causas que versem sobre Direito de Família	108
3.4.3.1.	Oposição dos impedimentos	110
3.4.3.2.	Oposição das causas suspensivas	110
3.4.4.	Celebração do casamento civil e celebração do casamento por procuração	111
3.4.5.	Celebração do casamento religioso com efeitos civis	116
3.4.5.1.	Casamento religioso com efeitos civis com habilitação prévia	119

3.4.5.2.	Casamento religioso com efeitos civis com habilitação posterior	120
3.4.6.	Celebração do casamento em razão de moléstia grave	121
3.4.7.	Celebração do casamento em razão de morte iminente – nuncupativo	122
3.4.8.	Celebração do casamento perante o consulado – consular	124
3.4.9.	Celebração do casamento de estrangeiros.....	126
3.5.	Prova do casamento	127
3.5.1.	Prova do casamento celebrado no exterior	129
3.5.1.1.	Casamento de brasileiro	129
3.5.1.2.	Casamento de estrangeiro.....	130
	Para refletir.....	130
	Para saber mais.....	132
	Para saber mais na internet.....	132
4.	CASAMENTO – INEXISTÊNCIA E INVALIDADE.....	133
4.1.	Inexistência do casamento	133
4.2.	Invalidade do casamento	135
4.2.1.	Nulidade absoluta por infringência de impedimento	135
4.2.2.	Nulidade relativa ou anulabilidade do casamento	135
4.2.3.	Ação declaratória de nulidade absoluta ou relativa (anulabilidade)	141
4.2.4.	Reconhecimento da putatividade no casamento nulo e no casamento anulável	143
4.3.	Casamento da pessoa com deficiência mental ou intelectual	144
	Para refletir.....	150
	Para saber mais.....	153
	Para saber mais na internet.....	153
5.	CASAMENTO – EFEITOS E DIREITOS E DEVERES RECÍPROCOS ENTRE CÔNJUGES	155
5.1.	Efeitos decorrentes do casamento.....	155
5.2.	Direitos e deveres recíprocos entre cônjuges.....	157
5.2.1.	Fidelidade recíproca.....	157
5.2.2.	Vida em comum no domicílio conjugal	158
5.2.3.	Mútua assistência	160
5.2.4.	Sustento, guarda e educação dos filhos	161
5.2.5.	Dever de respeito e consideração mútuos	162

5.3.	Acréscimo do sobrenome do outro cônjuge	162
	Para refletir	163
	Para saber mais	166
	Para saber mais na internet	166
6.	DISSOLUÇÃO DO CASAMENTO	167
6.1.	Evolução da legislação brasileira	167
6.2.	A sociedade conjugal e o vínculo matrimonial	168
6.3.	A Emenda Constitucional n. 66/2010	169
6.4.	A importância do Ministério Público em todas as demandas de Direito de Família	172
6.5.	Hipóteses de extinção da sociedade conjugal e do vínculo matrimonial	173
6.5.1.	Morte de um dos cônjuges	173
6.5.2.	Nulidade ou anulação do casamento	174
6.5.3.	Separação de direito ou jurídica	174
6.5.3.1.	Separação de fato	175
6.5.3.2.	Separação de corpos	176
6.5.3.3.	Divórcio consensual	176
6.5.3.3.1.	Aspectos comuns ao divórcio consensual extrajudicial e judicial	176
6.5.3.4.	Divórcio consensual judicial	178
6.5.3.4.1.	Partilha dos bens	178
6.5.3.4.2.	Alimentos	179
6.5.3.4.3.	Nome de casado diante do consenso	179
6.5.3.4.4.	Aspectos processuais	180
6.5.3.5.	Divórcio extrajudicial	181
6.5.3.6.	Divórcio litigioso	183
6.5.3.6.1.	Espécies de divórcio litigioso e a discussão da culpa pelo fim do casamento	183
6.5.3.7.	Ações de família: procedimento para os processos contenciosos	188
6.5.3.7.1.	Nome de casado diante do litígio	191
6.5.3.8.	Observações pontuais sobre o divórcio	192
6.5.4.	Divórcio internacional	192
6.5.5.	Divórcio impositivo	193
	Para refletir	196
	Para saber mais	198
	Para saber mais na internet	199

7.	UNIÃO ESTÁVEL	201
7.1.	Da invisibilidade à legalidade.....	201
7.1.1.	Explicação necessária	203
7.2.	Conceito e características.....	204
7.3.	Elementos caracterizadores	206
7.3.1.	Início e extinção da união estável.....	210
7.4.	Efeitos pessoais e patrimoniais decorrentes da união estável.....	212
7.4.1.	Efeitos pessoais.....	212
7.4.2.	Efeitos patrimoniais	213
7.4.2.1.	Regime de comunhão parcial de bens.....	213
7.4.2.2.	A aplicação do regime de separação obrigatória do art. 1.641 do Código Civil aos companheiros.....	215
7.4.2.3.	A aplicação da autorização conjugal do art. 1.647 do Código Civil aos companheiros.....	218
7.5.	Direitos dos companheiros	219
7.6.	Conversão da união estável em casamento	220
7.7.	Concubinato.....	222
7.8.	Questões processuais	222
7.8.1.	Aspectos processuais comuns às ações envolvendo união estável.....	223
7.9.	Extinção consensual.....	224
7.10.	Extinção litigiosa.....	225
7.11.	Questões polêmicas que envolvem a união estável	226
7.11.1.	Contrato de namoro	226
7.11.2.	União simultâneas ou paralelas	226
7.11.3.	Bigamia	229
	Para refletir.....	230
	Para saber mais.....	232
	Para saber mais na internet.....	232
8.	RELAÇÕES DE PARENTESCO. FILIAÇÃO.....	233
8.1.	Parentesco: conceito e espécies	233
8.2.	Linhas e graus de parentesco.....	234
8.3.	Filiação: conceito, prova de filiação e a multiparentalidade	237
8.4.	A presunção legal de paternidade (<i>pater is est</i>)	240
8.5.	Reprodução assistida	242
8.6.	A presunção de maternidade (<i>mater semper certa est</i>)	246
8.7.	Ação negatória de paternidade.....	246

8.8.	Ação negatória de maternidade	248
8.9.	Reconhecimento de filiação: observações gerais e efeitos.....	248
8.9.1.	Reconhecimento voluntário	249
8.9.2.	Reconhecimento administrativo ou misto	252
8.9.3.	Reconhecimento forçado.....	252
	Para refletir.....	256
	Para saber mais.....	258
	Para saber mais na internet.....	259
9.	PODER FAMILIAR E DIREITO À CONVIVÊNCIA	261
9.1.	Conceito e atribuições do poder familiar.....	261
9.2.	Responsabilidade civil dos pais	286
9.2.1.	Responsabilidade civil decorrente do abandono afetivo.....	286
9.2.2.	Responsabilidade civil dos pais decorrente de dano causado pelo filho	292
9.3.	Alienação parental	294
9.4.	Características do poder familiar.....	301
9.5.	Suspensão do poder familiar.....	302
9.6.	Perda do poder familiar	304
9.7.	Extinção do poder familiar.....	310
9.8.	Família acolhedora	310
9.9.	Apadrinhamento afetivo	311
9.10.	Breves notas sobre os animais domésticos.....	311
	Para refletir.....	312
	Para saber mais.....	314
	Para saber mais na internet.....	315
10.	ADOÇÃO.....	317
10.1.	Conceito, fontes e fundamentos constitucionais e infraconstitucionais	317
10.2.	Características	318
10.2.1.	Excepcionalidade.....	319
10.2.2.	Irrevogabilidade	319
10.2.3.	Procedimento judicial	320
10.2.4.	Ato jurídico personalíssimo	320
10.2.5.	Ato puro e simples	320
10.2.6.	Consentimento do adolescente ou adulto (arts. 28, § 2º, e 45, § 2º, do ECA)	320
10.3.	Espécies de adoção	320

10.3.1.	Adoção de criança e adolescente	320
10.3.2.	Adoção de adultos	321
10.4.	Efeitos da adoção	321
10.5.	Procedimento judicial para adoção	322
10.5.1.	Prioridade processual para adotando com deficiência ou doença crônica	322
10.5.2.	Legitimação ativa – Quem pode adotar	322
10.5.2.1.	Todas as pessoas maiores de 18 anos podem adotar, independentemente do estado civil (art. 42, <i>caput</i> , do ECA)	322
10.5.2.2.	Os adotantes devem querer exercer a paternidade, possuir estofo moral e condições materiais para cuidar e educar seu filho.....	324
10.5.2.3.	O tutor ou curador, após a prestação de contas de sua administração, se saldar o alcance	325
10.5.2.4.	Quem não for parente na linha reta ascendente e na colateral de 2º grau do adotando.....	325
10.6.	Adoção póstuma	326
10.7.	Providências que devem ser cumpridas pelo(s) adotantes(s) – Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA)	327
10.7.1.	Procedimento de habilitação.....	327
10.8.	Providências a serem cumpridas em relação à criança ou ao adolescente a serem adotados.....	330
10.9.	O encontro da criança ou adolescente e o estágio de convivência	331
10.10.	Gestante que manifesta vontade de entregar filho à adoção	333
10.11.	Consumação da adoção e seus efeitos	333
10.12.	Desistência e devolução de crianças	336
10.13.	Adoção internacional	337
	Para refletir	339
	Para saber mais.....	343
	Para saber mais na internet.....	343
11.	REGIME DE BENS.....	345
11.1.	Conceito	345
11.2.	Classificação	346
11.3.	Princípios informadores dos regimes de bens	348
11.4.	Disposições gerais.....	354
11.5.	Regime de separação obrigatória.....	355
11.5.1.	Gestão do patrimônio	360
11.6.	Pacto antenupcial	365

11.7.	Comunhão parcial	369
11.8.	Comunhão universal de bens	380
11.9.	Participação final nos aquestos	384
11.10.	Separação de bens	392
	Para refletir	394
	Para saber mais.....	395
	Para saber mais na internet.....	395
12.	ALIMENTOS	397
12.1.	Conceito, fundamentos e natureza jurídica	397
12.2.	Características do direito aos alimentos.....	398
12.3.	Classificação dos alimentos	408
12.3.1.	Análise da culpa na fixação dos alimentos e alimentos transitórios e compensatórios	420
12.3.2.	Alimentos em razão de gravidez (gravídicos)	423
12.3.3.	Alimentos ao idoso	426
12.4.	Composição do <i>quantum</i>	427
12.4.1.	Valor dos alimentos decorrentes do dever de sustento aos filhos	428
12.4.2.	Valor dos alimentos decorrentes do dever de sustento entre ex-cônjuges	429
12.5.	Aspectos processuais.....	431
12.5.1.	Questões processuais comuns a todas as ações	431
12.5.2.	Ação de oferta de alimentos.....	434
12.5.3.	Ação de alimentos pelo rito especial da Lei n. 5.478/68.....	434
12.5.4.	Ação de alimentos pelo procedimento comum.....	436
12.5.5.	Chamamento de outros parentes para complementação do valor	436
12.5.6.	Chamamento de outros parentes codevedores	437
12.5.7.	Ação revisional de alimentos.....	439
12.5.8.	Cumprimento de sentença ou decisão antecipatória	441
12.5.9.	Com pedido de prisão – art. 528 do CPC.....	443
12.5.9.1.	Protesto	444
12.5.9.2.	Prisão.....	445
12.5.9.3.	Recurso contra a decisão que determina a prisão do devedor de alimentos	446
12.5.10.	Com pedido de penhora dos bens – art. 523 do CPC	447
12.5.11.	Execução fundada em título extrajudicial com pedido de prisão – art. 911 do CPC	448

12.5.12.	Execução por quantia certa fundada em título extrajudicial com pedido de penhora – arts. 913 e 824 do Código de Processo Civil	448
12.6.	Extinção dos alimentos.....	450
	Para refletir.....	451
	Para saber mais.....	453
	Para saber mais na internet.....	454
13.	TUTELA, CURATELA, GUARDA E TOMADA DE DECISÃO APOIADA	455
13.1.	Tutela	455
13.1.1.	Conceito de tutela e as atribuições do tutor	455
13.1.2.	Espécies de tutela e a nomeação do tutor e protutor	460
13.1.3.	Remuneração e responsabilidade do tutor e demais pessoas intervenientes	463
13.1.4.	Incapacidade e escusa para o exercício da tutela.....	464
13.1.4.1.	Incapacidade para o exercício da tutela.....	465
13.1.4.2.	Escusa para o exercício da tutela	466
13.1.5.	Extinção da tutela	468
13.2.	Curatela.....	470
13.2.1.	Conceito de curatela e a legislação aplicável.....	470
13.2.2.	Um novo olhar para o conceito de curatela após a CNI e o EPD....	472
13.2.3.	Os curatelados.....	474
13.2.4.	Curatela da pessoa com deficiência	477
13.2.5.	Curatela do nascituro	479
13.2.6.	Ação de curatela	479
13.2.7.	Cessação da curatela.....	480
13.2.8.	Diferença entre tutela e curatela	481
13.2.9.	Crítica sobre o sistema de incapacidades.....	482
13.3.	Guarda	484
13.4.	Tomada de decisão apoiada	485
	Para refletir.....	488
	Para saber mais.....	490
	Para saber mais na internet.....	490
14.	VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR.....	491
14.1.	Breves notas sobre a Lei Maria da Penha.....	491
14.2.	Formas de violência doméstica e familiar contra a mulher	494

14.3.	Medidas assistenciais para a mulher em situação de violência doméstica e familiar	496
14.4.	Procedimento policial	496
14.5.	Observações sobre o procedimento judicial	497
14.6.	As medidas protetivas de urgência.....	498
	Para refletir.....	499
	Breves notas acerca do Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero	499
	<i>Gaslighting</i>	501
	Para saber mais.....	502
	Para saber mais na internet.....	502

DIREITO DAS SUCESSÕES

MAURO ANTONINI

1.	INTRODUÇÃO AO DIREITO DAS SUCESSÕES	503
1.1.	Introdução	503
1.2.	Autonomia científica do direito das sucessões	504
1.3.	Plano de trabalho	504
1.4.	Terminologia. Falecido, autor da herança e <i>de cujus</i>	505
1.5.	O direito das sucessões sob a perspectiva do direito civil constitucional	506
1.6.	Sucessão como aquisição derivada de direitos e obrigações.....	508
1.7.	Sucessão <i>inter vivos</i> e <i>causa mortis</i>	510
1.8.	A abrangência e o conceito do direito das sucessões.....	510
1.9.	Relações jurídicas transmissíveis e intransmissíveis.....	511
1.10.	A essencialidade do direito das sucessões. Liberdade testamentária e solidariedade familiar. Alguns exemplos estrangeiros. A peculiaridade do sistema brasileiro	513
1.11.	A estruturação do direito das sucessões no Código Civil. Classificações fundamentais. Sucessão legítima (intestada e necessária) e testamentária. Sucessão a título universal e particular, herdeiro e legatário, herança em sentido amplo e restrito	515
1.12.	Evolução histórica do direito das sucessões.....	517
1.13.	Evolução histórica no direito brasileiro	520
2.	ABERTURA DA SUCESSÃO. LIMITES DA RESPONSABILIDADE DOS SUCESSORES. HERANÇA E SUA ADMINISTRAÇÃO. CESSÃO DE DIREITOS HEREDITÁRIOS	525
2.1.	Abertura da sucessão. Morte natural e presumida.....	525

2.2.	Morte presumida com declaração de ausência	525
2.3.	Morte presumida sem declaração de ausência.....	527
2.4.	Transmissão da herança no momento da abertura da sucessão	527
2.5.	O objeto da transmissão na abertura da sucessão.....	528
2.6.	Transmissão da posse. Princípio da <i>saisine</i>	529
2.7.	Natureza da posse transmitida	530
2.8.	Transmissão da posse ao legatário	532
2.9.	A herança como um todo unitário. A aplicação das regras do condomínio ..	534
2.10.	A administração da herança até a partilha. O administrador provisório e o inventariante.....	534
2.11.	Legitimidade ativa e passiva nas ações envolvendo interesses do espólio. Legitimidade no caso de inventariante dativo	536
2.12.	A administração da herança e eventuais interesses contrapostos entre coerdeiros e legatários quanto à posse de bens da herança.....	537
2.13.	Limites da responsabilidade dos sucessores pelas dívidas do autor da herança	539
2.14.	Cessão de direitos hereditários	541
2.15.	Alienação de bens da herança antes da partilha.....	542
3.	VOCAÇÃO HEREDITÁRIA.....	545
3.1.	Explicação terminológica: designação, vocação, chamamento, delação, devolução e legitimação	545
3.2.	Pessoas nascidas ou já concebidas ao tempo da abertura da sucessão	546
3.3.	Tutela sucessória do nascituro.....	547
3.4.	Reprodução assistida e direitos sucessórios: o embrião congelado.....	549
3.5.	Reprodução assistida póstuma homóloga	550
3.6.	Reprodução assistida heteróloga.....	552
3.7.	Adoção, adoção póstuma e adoção simples	553
3.8.	Parentalidade socioafetiva e multiparentalidade	555
3.9.	Vocação hereditária na sucessão testamentária	558
3.10.	Prole eventual	559
3.11.	Pessoas jurídicas.....	562
3.12.	Pessoas jurídicas a constituir, sob a forma de fundação	565
3.13.	Ilegitimidade para ser herdeiro ou legatário na sucessão testamentária.....	566
3.14.	Pessoa que escreveu o testamento a rogo	567
3.15.	Testemunhas do testamento	567
3.16.	Concubino do testador casado	567
3.17.	Pessoa que lavrou o testamento	568

3.18.	Nulidade da deixa a interpostas pessoas.....	569
3.19.	Nulidade da disposição testamentária simulada sob a forma de contrato oneroso	569
4.	ACEITAÇÃO E RENÚNCIA DA HERANÇA.....	571
4.1.	Introdução à aceitação e à renúncia da herança. Inaplicabilidade no caso de herança vacante	571
4.2.	Aceitação e renúncia: atos jurídicos em sentido estrito, unilaterais, não receptícios.....	571
4.3.	Atos indivisíveis. Exceções.....	572
4.4.	Atos puros e simples. Vedação de condição ou termo	573
4.5.	Atos irrevogáveis, mas passíveis de invalidade	574
4.6.	Prazo para aceitação: divergência doutrinária	575
4.7.	Aceitação e renúncia pelos sucessores do sucessor, pelo sucessor casado, pelos incapazes, pelo ausente e por representantes	576
4.8.	Modalidades de aceitação: expressa ou tácita, presumida e indireta por credores. Renúncia translativa	577
4.9.	Formas de renúncia. Renúncia por meio de representante. Renúncia presumida. Renúncia por filhos menores sob poder familiar. Renúncia por tutelados e curatelados	579
4.10.	Outorga do cônjuge e do companheiro na renúncia: divergência doutrinária.....	581
4.11.	Retroatividade da renúncia e inexistência de direito de representação	582
4.12.	Consequências da renúncia na sucessão legítima e na testamentária: a quem acresce a porção do renunciante	582
4.13.	Preservação pelo renunciante da administração e do usufruto legal dos bens recebidos por seus filhos menores.....	583
4.14.	Destino da porção do renunciante quando, na sucessão legítima, há concorrência entre cônjuge ou companheiro com descendentes ou ascendentes....	583
4.15.	Renúncia prejudicial a credores.....	585
4.16.	Requisitos para habilitação de crédito dos credores do sucessor renunciante	586
4.17.	Procedimento da habilitação.....	586
4.18.	Prazo para habilitação de crédito pelos credores do sucessor renunciante	588
4.19.	Renúncia prejudicial a credores e fraude à execução	588
5.	EXCLUSÃO DA SUCESSÃO POR INDIGNIDADE E DESERDAÇÃO.....	591
5.1.	Indignidade e deserdação. Tratamento conjunto desses temas. Pontos em comum e diferenças	591
5.2.	Sucessíveis sujeitos à indignidade ou deserdação.....	592

5.3.	Deserdação declarada necessariamente por testamento. Modo da declaração	592
5.4.	Deserdação e invalidade, revogação e rompimento do testamento	593
5.5.	Síntese dos pressupostos da deserdação	594
5.6.	Constitucionalidade da deserdação	594
5.7.	Direitos excluídos pela indignidade e pela deserdação. A deserdação parcial. A mitigação da pena no caso de legado legal de alimentos	595
5.8.	Causas de indignidade e de deserdação	596
5.9.	Homicídio doloso.....	596
5.10.	Acusação caluniosa em juízo e crime contra a honra	597
5.11.	Inibir ou obstar o testador de dispor por testamento	598
5.12.	Causas específicas de deserdação	599
5.13.	Deserdação do cônjuge e do companheiro.....	600
5.14.	Hipóteses taxativas ou cabimento de analogia nos casos de indignidade e de deserdação?	601
5.15.	A pena não passa da pessoa do apenado. Tratamento equivalente ao do sucessor premorto. Subsistência do direito de representação. Perda da administração e usufruto dos bens dos filhos.....	603
5.16.	Perdão pelo ofendido e reabilitação do indigno e do deserdado	604
5.17.	Alienações de bens da herança efetuadas pelo sucessor indigno ou deserdado	605
5.18.	Ações de indignidade e de deserdação. A exclusão automática nos casos de condenação criminal	606
5.19.	Legitimidade ativa na ação de indignidade	608
5.20.	Legitimidade ativa na ação de deserdação	609
5.21.	Legitimidade passiva. Morte do réu no curso do processo	610
5.22.	Tutelas provisórias.....	611
5.23.	Indivisibilidade.....	612
5.24.	Divergência doutrinária sobre a possibilidade de decretação incidental no inventário	613
5.25.	Prazo decadencial	613
5.26.	Peculiaridades processuais na deserdação.....	614
6.	HERANÇA JACENTE E VACANTE. PETIÇÃO DE HERANÇA	617
6.1.	Herança jacente e vacante. Conceito e exemplos de herança jacente.....	617
6.2.	Justificativa para a transmissão ao Poder Público.....	617
6.3.	Herança parcialmente jacente.....	618
6.4.	Transitoriedade da herança jacente. Possibilidade de vacância sem jacência. Natureza jurídica da herança jacente.....	618

6.5.	Procedimento da herança jacente até a declaração de vacância	619
6.6.	Efeitos da sentença de vacância	620
6.7.	Herança vacante e prazo prescricional de dez anos para petição de herança. Aparente equívoco da orientação majoritária	621
6.8.	Previsão legal de exclusão dos colaterais a partir da sentença de vacância: norma aparentemente revogada, e que era inconstitucional e atentatória à lógica do sistema sucessório	623
6.9.	Inaplicabilidade da <i>saisine</i> na herança vacante. Consequências: possibilidade de usucapião e definição da lei que rege a transmissão ao Poder Público ...	624
6.10.	Ação de petição de herança	625
6.11.	Alternativa à petição de herança.....	627
6.12.	Legitimidade ativa e passiva para a ação de petição de herança	628
6.13.	Petição de herança e outorga do cônjuge	630
6.14.	Prescrição da ação de petição de herança	631
6.15.	Efeitos da petição de herança.....	634
6.16.	Petição de herança e transmissão anterior dos bens da herança a terceiros	635
7.	SUCESSÃO LEGÍTIMA	637
7.1.	A sucessão legítima na estrutura do direito das sucessões no Código Civil....	637
7.2.	A função das vocações sucessórias.....	638
7.3.	A hierarquia entre as vocações sucessórias	640
7.4.	Sucessão legítima e a interrelação entre suas subespécies, sucessão intestada e sucessão necessária	641
7.5.	A ordem da vocação hereditária	643
7.6.	Evolução da ordem da vocação hereditária no direito brasileiro	643
7.7.	A ordem da vocação hereditária no Código Civil de 2002	644
7.8.	A contagem dos graus de parentesco	645
7.9.	A sucessão legítima dos descendentes. Sucessão por cabeça ou por estirpe.....	646
7.10.	Igualdade entre os descendentes na sucessão legítima a título universal. Possíveis diferenciações na sucessão legítima a título particular.....	647
7.11.	A sucessão legítima dos ascendentes. Sucessão por linhas. Inexistência de direito de representação	648
7.12.	Sucessão dos ascendentes e multiparentalidade	649
7.13.	A sucessão do cônjuge. Distinção entre meação e herança	650
7.14.	A concorrência do cônjuge com descendentes. A regra geral por trás do inc. I do art. 1.829 do CC.....	651
7.15.	Regime de comunhão parcial com bens particulares.....	652

7.16.	Comunhão universal em que há bens particulares.....	654
7.17.	Participação final nos aquestos	656
7.18.	Separação convencional de bens	657
7.19.	Separação obrigatória de bens.....	662
7.20.	Regimes mistos.....	665
7.21.	A cota hereditária do cônjuge na concorrência com os descendentes.....	665
7.22.	A sucessão do cônjuge em concorrência com os ascendentes.....	667
7.23.	A sucessão do cônjuge na terceira posição	668
7.24.	A cessação do direito hereditário do cônjuge	669
7.25.	A sucessão do companheiro sobrevivente. Evolução histórica e a equiparação ao cônjuge	671
7.26.	A sucessão dos colaterais.....	674
7.27.	O direito de representação	675
7.28.	Exceção à ordem da vocação hereditária, a sucessão anômala	676
8.	SUCESSÃO NECESSÁRIA	677
8.1.	Introdução à sucessão necessária	677
8.2.	Os herdeiros necessários: cônjuge, descendentes e ascendentes. Os colaterais como herdeiros facultativos	678
8.3.	O companheiro sobrevivente como herdeiro necessário.....	679
8.4.	Argumento pela possibilidade de renúncia antecipada à sucessão necessária por cônjuge e companheiro.....	680
8.5.	O cálculo da legítima	681
8.6.	A clausulação da legítima: inalienabilidade, impenhorabilidade e incomunicabilidade	683
8.7.	Alienação com ou sem sub-rogação do vínculo	685
8.8.	Justa causa para clausulação da legítima	685
8.9.	Justa causa na doação em adiantamento de legítima	687
8.10.	Debate sobre a constitucionalidade da clausulação. Direito intertemporal.....	689
8.11.	Introdução aos legados legais necessários	690
8.12.	Direito real de habitação: hipótese pioneira de legado legal no direito brasileiro	691
8.13.	Legado legal de créditos específicos a dependentes previdenciários	693
8.14.	Legado legal de alimentos.....	695
8.15.	Vedação de disposições testamentárias excessivas e de doações inoficiosas. A natureza jurídica do excesso em ambos os casos	702

8.16.	Os remédios jurídicos em favor dos sucessores necessários: a redução das disposições testamentárias excessivas e das doações inoficiosas. Pontos em comum	704
8.17.	Peculiaridades da redução das disposições testamentárias excessivas	706
8.18.	Peculiaridades da redução das doações inoficiosas	708
8.19.	Colaões como meio de igualar as cotas na legítima entre herdeiros necessários concorrentes	712
9.	SUCCESSÃO TESTAMENTÁRIA, LIBERDADE DE TESTAR E SUAS LIMITAÇÕES, CAPACIDADE TESTAMENTÁRIA, INVALIDADES E FORMAS DE TESTAMENTO.....	719
9.1.	Sucessão testamentária: localização na estrutura do Código Civil, contraposição e coexistência com a sucessão legítima, fundamentos e limitações da liberdade de testar	719
9.2.	Limites à autonomia privada e à liberdade testamentária. A função promocional do testamento	720
9.3.	Conceito de testamento, sua natureza jurídica e características	723
9.4.	Negócio jurídico unilateral	724
9.5.	Negócio jurídico personalíssimo	724
9.6.	Negócio jurídico exercido com liberdade, sem vícios da vontade: captação dolosa da vontade e anulação do testamento	724
9.7.	Negócio jurídico gratuito	725
9.8.	Negócio jurídico solene e a relativização do rigor formal pela jurisprudência	725
9.9.	Negócio jurídico imprescritível	726
9.10.	Negócio jurídico essencialmente revogável	726
9.11.	Negócio jurídico <i>causa mortis</i>	727
9.12.	Negócio jurídico para disposições patrimoniais ou existenciais. Exemplos de conteúdo do testamento. Os denominados testamentos genético, afetivo, digital e ético. Disposição do próprio corpo e transplantes. O chamado testamento vital	727
9.13.	Capacidade testamentária ativa	729
9.14.	Nulidade do testamento elaborado por pessoa sem capacidade testamentária ativa	732
9.15.	Incapacidade superveniente e recuperação da capacidade após o testamento	733
9.16.	Capacidade para adquirir por testamento	733
9.17.	Formas de testamento. Aspectos gerais	733
9.18.	Proibição de testamento conjuntivo	734
9.19.	Testemunhas testamentárias	735

9.20.	Inexistência do testamento	738
9.21.	Invalidade do testamento.....	739
9.22.	Prazo decadencial para arguição de invalidades em geral e o debate doutrinário sobre o alcance do art. 1.859 do CC	741
9.23.	Prazos e contagem da decadência para arguição de invalidade do testamento. Peculiaridades e hipóteses.....	742
9.24.	Invalidade do testamento e conversão substancial do negócio jurídico.....	743
9.25.	Testamentos ordinários: o testamento público.....	744
9.26.	Testamentos ordinários: o testamento cerrado	746
9.27.	Testamentos ordinários: o testamento particular	748
9.28.	Testamento particular em circunstâncias excepcionais	750
9.29.	Codicilo	751
9.30.	Testamentos especiais: marítimo e aeronáutico	752
9.31.	Testamento militar	753
9.32.	Requisitos formais do testamento e direito intertemporal.....	754
10.	DISPOSIÇÕES TESTAMENTÁRIAS. LEGADOS. DIREITO DE ACRESCER. SUBSTITUIÇÕES. REVOGAÇÃO E ROMPIMENTO DOS TESTAMENTOS. TESTAMEN- TEIRO	757
10.1.	Disposições testamentárias	757
10.2.	Possibilidade de disposição testamentária sob condição	757
10.3.	Possibilidade de disposição testamentária para certo fim ou modo.....	758
10.4.	Possibilidade de disposição testamentária por certo motivo	759
10.5.	Vedação de disposições testamentárias subordinadas a termo em face de herdeiro, mas permitidas em face de legatário.....	760
10.6.	Diversas regras permissivas e proibitivas. Inalienabilidade, impenhorabilidade e incomunicabilidade.....	760
10.7.	Regras interpretativas. A interpretação que melhor assegure a vontade do testador. Regras diversas. Ineficácia de uma cláusula e eventuais efeitos sobre as demais	762
10.8.	Legado. Conceito. Nuances	764
10.9.	Modalidades de legado	766
10.10.	Regras interpretativas específicas sobre legados	768
10.11.	Efeitos, posse e pagamento do legado	770
10.12.	Caducidade dos legados.....	771
10.13.	Direito de acrescer entre herdeiros e legatários	773
10.14.	Substituição vulgar	775
10.15.	Substituição fideicomissária.....	777

10.16.	Revogação dos testamentos	778
10.17.	Rompimento do testamento	780
10.18.	Testamenteiro	783
11.	SONEGADOS. INVENTÁRIO E PARTILHA. PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO. PERSPECTIVAS DO DIREITO DAS SUCESSÕES.....	789
11.1.	Do inventário e da partilha	789
11.2.	Sonegados	789
11.3.	Pagamento das dívidas.....	793
11.4.	Partilha e adjudicação.....	795
11.5.	Objeto da partilha ou adjudicação	796
11.6.	Modalidades de partilha. A partilha amigável, judicial e extrajudicial. O arrolamento sumário e o inventário extrajudicial	796
11.7.	A partilha judicial.....	800
11.8.	O inventário judicial.....	800
11.9.	O arrolamento comum.....	803
11.10.	Sobrepartilha e inventários conjuntos	803
11.11.	Regras para deliberação judicial sobre a partilha	804
11.12.	Partilha em vida por meio de doação	806
11.13.	Partilha em vida por meio de testamento.....	807
11.14.	Natureza jurídica da partilha.....	808
11.15.	Garantia dos quinhões hereditários	810
11.16.	Nulidade, anulação, ação rescisória da partilha e petição de herança	812
11.17.	Alvarás	813
11.18.	Planejamento sucessório	815
11.19.	Perspectivas do direito das sucessões.....	817
11.20.	O anteprojeto para reforma do Código Civil.....	821
	BIBLIOGRAFIA	823